

Actualmente todos os edifícios se encontram com os paramentos pintados de branco e, a maior parte, tem as molduras dos vãos, os frontões, as pilastras e os elementos de estuque em ocre. Como excepção, temos um edifício com os elementos decorativos a cinza-azulado, a igreja com alguns pormenores a ocre e rosa e os edifícios do Montepio Geral e do Banco de Portugal que, além do branco, tem as cores da cantaria de granito.



Fig. 4.30, Fig. 4.31 e Fig. 4.32. Diferentes cores verificadas na Praça do Giraldo.

No edifício da Sociedade Harmonia Eborense, que presentemente se encontra com a fachada branca e os cunhais, pilastras e molduras dos vãos com uma tonalidade perto do ocre, já que a última pintura perdeu toda a coloração, verificou-se a anterior utilização da cor salmão, confirmando alguns testemunhos de que, no século passado, foi revestido com uma simulação de marmoreado.

No entanto, nos edifícios analisados, foram encontradas várias sobreposições de cores e, de salientar, com algumas roturas cromáticas. Cores como o azul, a cor de pedra, o vermelho “*sangue de boi*”, o cinzento e até o verde fazem parte das cores anteriormente utilizadas nos vãos, frisos, pilastras, cunhais e composições de estuques e esgrafitos.

---

Neste caso, significa que a cor tem 20% de preto e 50% de cromaticidade, sendo os restantes 30%, para perfazer 100%, a percentagem de branco; o R80B representa que a cor tem 80% de azul (*blue*) e 20% de vermelho (*red*).



Fig. 4.33 e Fig. 4.34. Locais com maiores roturas cromáticas verificadas

O ocre e as suas diversas tonalidades constituem as camadas mais recentes de pintura. Nas camadas anteriores verificamos também o uso do azul, do cinza e do vermelho sangue-de-boi. A camada mais antiga é quase sempre constituída por um guarnecimento muito liso com uma cor que varia entre o creme e o cinza claro. De referir que estas últimas tonalidades foram de muito difícil identificação no catálogo NCS, sendo que, na maioria das vezes, a referência apresentada constitui a cor ou cores mais aproximadas. De registar ainda que estas tonalidades deviam ser obtidas através dos próprios materiais que constituem os elementos construtivos, ou seja os próprios inertes utilizados nos guarnecimentos determinavam a cor pretendida de simulação da pedra.

#### **4.2.2. Estado de conservação e principais patologias**

Na praça verificam-se situações muito díspares quanto ao estado de conservação das fachadas dos edifícios e, aparentemente, a falta de manutenção parece ser o maior problema no que se refere aos revestimentos e acabamentos das superfícies. Esta situação fica a dever-se também aos diferentes proprietários dos edifícios, que incluem o Estado e outras entidades públicas, instituições bancárias e particulares, verificando-se por vezes diferentes proprietários no mesmo edifício. Esta disparidade, aliada aos baixos valores dos arrendamentos em edifícios alugados, cria grandes dificuldades na realização de obras de conservação.

No primeiro levantamento efectuado no Verão de 1998, verificámos dez edifícios com as fachadas em estado de conservação medíocre, apresentando graves problemas nas superfícies, como a existência de lacunas e a falta de coesão e adesão ao suporte das camadas de acabamento e pintura. Nesta altura, identificámos também nove edifícios em bom estado de conservação das superfícies e onze em estado considerado razoável, já que, em princípio, a solução passaria apenas por uma pintura de conservação.

Dado o espaço de tempo entretanto decorrido, foi efectuado novo levantamento no início de Janeiro de 2000, tendo-se constatado, infelizmente, que em bom estado de conservação estão apenas sete edifícios, sendo que também sete se encontram em estado razoável, necessitando de uma pintura, por esta se apresentar com algumas manchas de humidade ou descoloração. No entanto, treze edifícios encontram-se em mau estado de conservação, verificando-se alguns dos problemas já descritos, como as lacunas nos revestimentos, acabamentos e pintura e ainda a falta de coesão entre camadas e de adesão ao suporte. Faltam ainda mencionar três edifícios, dos quais dois, que em 1998 se encontravam em mau estado de conservação, estão em intervenção para uma instituição bancária e um que sofreu intervenção recente em apenas metade da fachada, continuando a restante área com a fachada em mau estado de conservação.



Fig. 4.35 e Fig. 4.36. Edifícios antes e depois da intervenção realizada (em conclusão)

A falta de caiação periódica parece ser o maior problema dos revestimentos da praça, dando origem a situações, verificadas nalguns edifícios, de lacunas na pintura deixando o reboco à

vista. Esta situação é agravada com as agressões climatéricas, sobretudo com a água das chuvas que, por infiltração, capilaridade e condensação, provoca o aparecimento de todo o tipo de eflorescências. Este problema é bastante visível, podendo observar-se manchas de humidade e de fungos, sobretudo nas zonas mais expostas à chuva e por onde esta escorre, nomeadamente junto às coberturas e às soleiras e peitoris dos vãos.



Fig. 4.37 e Fig. 4.38. Lacunas dos revestimentos e acabamentos das superfícies

Também se verificaram problemas de adesão da pintura ao suporte, resultando no seu destacamento, e falta de coesão entre as várias camadas sobrepostas de pintura, essencialmente onde se encontra a utilização de cores. As camadas que se encontram com uma melhor aderência ao suporte parecem ser os antigos guarnecimentos de simulação da pedra. De registar ainda alguns casos em que a última camada de pintura apresenta descamação superficial e descoloração geral, esta última verificada nas zonas onde se encontra a aplicação de cores.



Fig. 4.39 e Fig. 4.40. Vãos que apresentam descamação superficial e descoloração

De referir ainda, que existe uma grande diferença nas patologias e, conseqüentemente, no estado de conservação das frentes urbanas Nascente e Poente. Na realidade, esta última encontra-se virada a Nordeste, estando exposta ao sol apenas nas primeiras horas da manhã. Esta situação dá origem à existência de maiores problemas relacionados com a humidade e ao conseqüente aparecimento dos fungos que deterioram os revestimentos e acabamentos. É também esta frente urbana que se encontra mais exposta à poluição do tráfego e onde se verificam os maiores problemas originados pelos pombos, que, certamente por preferirem a sombra, deixam os seus dejectos nas superfícies dos edifícios introduzindo sais muito perniciosos, tal como os nitratos, que, além de serem de muito difícil remoção, provocam profundas alterações nas cores.<sup>32</sup>

#### **4.3. Levantamento de tecnologias antigas com base em testemunhos orais**

Dada a escassez de informação conseguida individualmente com cada um dos nossos “interlocutores”<sup>33</sup> e a triste conclusão de se estar a perder o conhecimento dos antigos processos de construção, optámos por sistematizar os dados obtidos num conjunto de procedimentos que permitam indicar algumas tecnologias de revestimentos e acabamentos.

##### **a) Rebocos de revestimento**

Traços (cal : areia) - 1:4; 1:3; 1,5:2 ( reboco para acabamentos)

As argamassas devem ser constituídas por cal aérea e areia das ribeiras peneirada. Para o reboco ou guarnecimento final, pode ser feita uma massa fina - caldo de cal - com cal e areia muito fina (1:1), com ou sem pigmento, passada à *costa da colher*.

##### **b) Fingidos de pedra**

Traços (cal branca: pó de pedra) – 1:3

Esta técnica era efectuada com penas de pavão ou *desperdício* para imitar a pedra, na maioria dos casos o mármore, e era mais indicada para interiores. As cores mais utilizadas, por vezes até misturadas, eram cinzento, creme, vermelho e amarelo.

Traços (cal parda: areia) - 1:2

---

<sup>32</sup> De salientar que a “praga” dos pombos não deve ter muito mais do que uma década em Évora e na Praça do Giraldo.

<sup>33</sup> Os “entrevistados” foram o Sr. Abércio, o Sr. Serra e o Sr. Torres.

Depois de extinta a cal, por aspersão (com regador), esta é *crivada*, isto é peneirada com uma *ciranda* com uma malha de 2 mm; depois da cal arrefecer, o que demora cerca de 24 horas, junta-se areia fina<sup>34</sup>, também peneirada com a referida *ciranda*, e água. Para conseguir uma textura mais lisa, passa-se com um pano ou, mais recentemente, com uma esponja.

### c) Estuques exteriores e rebocos moldados

Traços (cal: areia) – 1:3; 1:4<sup>35</sup>

Para ornamentos em estuque deve ser utilizada areia muito fina e, pretendendo-se maior detalhe, serem executados em moldes de madeira ou chapa e colocados posteriormente. As molduras dos vãos e as cornijas ou cimalthas também podem ser constituídas por uma primeira camada com areia grossa e uma camada final com areia branca muito fina. Para moldar os desenhos pretendidos, são utilizadas ferramentas apropriadas, como espátula, *colher de ponta* e *ferro de canto*. A pintura pode ser executada no final. Para maiores espessuras devem utilizar-se traços mais fortes, ou seja maior quantidade de cal.

### d) Esgrafitos<sup>36</sup>

Traços (cal: areia ou pó de pedra) – 1:2

A cal utilizada deve ser a cal parda<sup>37</sup>, também conhecida como cal preta ou cal de mato e, antes da camada de revestimento secar, é trabalhada com um *colherim*, através da utilização de um molde, e no final são pintadas as partes profundas, depois de seco.

No caso da cal dos fornos de Barro Branco, em argamassas para estuques e esgrafitos, esta deve ficar, pelo menos, 2 ou 3 dias em estágio depois de *derregada*, para evitar futuras “expansões” depois do trabalho pronto. A areia mais utilizada é da zona de Cóiña e antigamente era utilizada areia das ribeiras que, posteriormente, é filtrada por uma *ciranda* ou um *crivo*.

---

<sup>34</sup> As areias mais utilizadas são de areiros como Cóiña e Pegões ou, menos frequentemente, do Rio Sorraia.

<sup>35</sup> Actualmente, de acordo com o Sr. Torres, é utilizado cimento em vez de cal, visto já não haver cal de boa qualidade, como a cal de obra que, sendo chamada cal parda ou cal preta, tem uma cor amarelada. Para a sua extinção, a cal era colocada no chão, em monte, regada com um regador e, no final, filtrada com um “joeiro” (passador), para retirar as impurezas.

<sup>36</sup> O último “verdadeiro mestre” desta técnica, em Évora, era José Miguel Cordovil, formado pelo ICCROM, que faleceu recentemente sem ter divulgado o seu trabalho.

<sup>37</sup> Segundo conseguimos apurar, ainda existem dois fornos de cal parda em Barro Branco, concelho de Borba. Segundo o Sr. Serra, a melhor cal da região era proveniente dos fornos de Escusa (Marvão) e, para uma adequada aplicação, deveria estar em estágio 6 meses.

**e) Pintura por caiação**

Cal branca, com ou sem pigmento, não sendo utilizado qualquer aditivo na maioria das vezes. Os aditivos utilizados antigamente eram a gordura animal, quase sempre sebo de borrego ou vaca, e o alúmen que é uma gordura vegetal. Em relação às cores, o pigmento mais utilizado era o “pó de sapato” (cinzento) e o azul, este último essencialmente nas zonas rurais.

De referir ainda que, de acordo com todos os entrevistados, só a cal (de preferência a cal preta) é passível de conseguir a “trabalhabilidade” necessária à execução de rebocos moldados, fingidos, estuques ou esgrafitos, por ser um material de secagem lenta, comparativamente com o cimento que, por secar rapidamente, não possibilita qualquer maleabilidade.

## 5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NO ÂMBITO DE UM ESTUDO CROMÁTICO

### 5. 1. A importância dos estudos cromáticos

Tal como referido no início deste estudo, o acabamento cromático dos edifícios, como elemento essencial na continuidade da imagem urbana, é uma questão relativamente complexa e, até muito recentemente, quase completamente esquecida nas intervenções de conservação e recuperação de edifícios e centros históricos. A percepção dos acabamentos cromáticos envolve diversos factores, entre os quais estão o tipo de suporte do edifício, os materiais e técnicas com que foram realizados os revestimentos e acabamentos, a iluminação exterior e o próprio observador.

No processo de conservação ou restauro de um edifício histórico, as decisões quanto ao seu acabamento cromático continuam a ser, ainda assim, uma questão de segundo plano ou até totalmente ignoradas. As cores a utilizar irão depender, na maioria das vezes, da moda e do gosto da altura, com pouco respeito pela história e linguagem arquitectónica desse edifício e do seu contexto. No entanto, deve considerar-se que a preservação da imagem figurativa não pode ser dissociada de aspectos práticos quanto à concretização dos revestimentos das superfícies. Isto sem esquecer que um estudo cromático não se refere exclusivamente às superfícies arquitectónicas, envolvendo também uma multiplicidade de elementos que caracterizam e identificam toda a imagem do local.



Fig. 5.1 e Fig. 5.2. *Piazza Campo di Fiori, Roma*



O caso da cidade de Roma serve para ilustrar o quanto as actuais imagens de cidade, no que se refere às suas cores, não correspondem exactamente à sua realidade histórica, nem respeitam os períodos sedimentados de transformação e consolidação da cidade. O estudo de Bente Lange, *I colori di Roma*, veio provar que, estando Roma actualmente associada ao ocre e suas tonalidades (*colore leone, colore matone*), outras cores foram utilizadas no decurso da sua história, como o rosa e as cores de pedra (tons pasteis) do período Barroco, sendo o ocre uma herança relativamente recente relacionada com o período fascista.<sup>1</sup>

A reposição pura e simples da imagem cromática original de um edifício, de uma praça ou até de um conjunto histórico, pode levantar novos problemas, sobretudo se a cor proposta for completamente diferente da cor pré-existente e criar um choque com a envolvente construída ou até natural. Assim, é fulcral que, além de toda a base metodológica de suporte, que envolve a análise de documentação iconográfica e bibliográfica e a análise visual e laboratorial, na posterior sistematização dos dados se utilize algum “bom senso arquitectónico” na escolha dos acabamentos cromáticos a propôr, devendo os resultados serem ponderados por diversas escalas e formas de olhar.

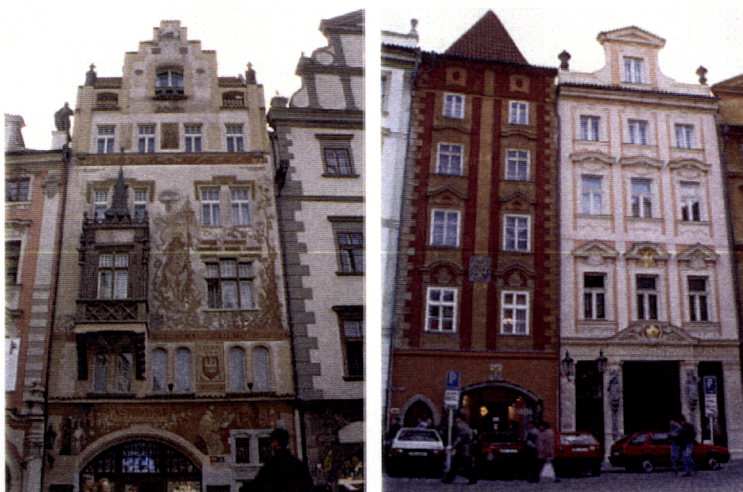


Fig. 5.3 e Fig. 5.4. Praga

Ainda no que se refere à análise visual, é extremamente importante tentar compreender, na leitura da imagem urbana, que a cor mantém uma relação não só com o respectivo edifício, mas também com o espaço urbano da sua envolvente natural ou construída. A própria cor das

---

<sup>1</sup> Cf. Bente Lange, *I Colori di Roma*, Edizioni d'Europa, Roma, 1993.

superfícies pode também estar relacionada com as potencialidades do material que lhe serve de veículo transmissor, na procura de significados eminentemente estéticos e linguísticos.

Em Portugal, apenas na década de 90 se começou a falar da cor como um dos valores arquitectónicos a conservar, garantindo assim a manutenção da imagem urbana, excepção feita a estudos integrados em raros instrumentos de planeamento, como o caso do *Plano de Salvaguarda e Recuperação do Centro Histórico de Beja* de 1981, que incluiu um estudo de cor, e de alguns Planos de Salvaguarda elaborados no âmbito dos *Gabinetes Técnicos Locais* (GTL's), como Guimarães e Lagos. Também o *Laboratório Nacional de Engenharia Civil* tem participado no desenvolvimento de metodologias de análise cromática, em colaboração com diversas Câmaras Municipais, de onde resultaram relatórios como as *Análises Cromáticas para o Projecto Integrado do Castelo* em 1998 e os *Estudos Cromáticos para o Centro Histórico de Sintra*, em fase de publicação.

O enquadramento actual no que se refere a mecanismos de actuação no controlo da imagem dos centros históricos, tem por base instrumentos como os Regulamentos Municipais e os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PDM's, PU's e PP's), em que apenas (alguns) se limitam a indicar as cores passíveis de serem utilizadas e, no que se refere aos materiais, definindo normativas, no geral, proibitivas, sem referirem ou recomendarem claramente quais os tipos de materiais e de técnicas mais adequadas para aplicação concreta em revestimentos e acabamentos.

É particularmente comum encontrarmos normas como a proibição do uso da telha marselha e outras, interditando o reboco tirolês, o uso de azulejos e mosaicos nos revestimentos, entre muitos outros aspectos. Esta tendência para proibir uma vasta gama de materiais e técnicas de construção, revestimentos e acabamentos, decorre das inúmeras possibilidades que foram surgindo no presente século, ao contrário da escassez de recursos e materiais que antigamente limitavam a panóplia de soluções possíveis localmente, funcionando essa limitação como um definidor natural que identificava com precisão a imagem cromática de uma cidade, numa relação estreita com sua envolvente natural, já que era aí que se encontrava a maioria dos materiais utilizados (veja-se o exemplo de Siena).

As próprias cores estavam relativamente condicionadas, visto a natureza da cal limitar o tipo de pigmentos compatíveis, sendo que, actualmente, a diversidade de tintas existentes possibilita uma vasta gama de expressão de cores e texturas. Muitas destas tintas, no entanto, acabam por trazer outros problemas, principalmente por incompatibilidade com os antigos suportes e envelhecendo mal, o que não se verifica na excelente pátina que adquirem as tintas de cal com o tempo. As paredes parecem respirar normalmente, envelhecendo com uma naturalidade que hoje não acontece quando utilizamos os acabamentos impermeáveis agora disponíveis.

Em outros países europeus, como a Itália e a Áustria, desde a década de 70 é possível registar o interesse em restaurar os revestimentos históricos, através de métodos de análise de cor (sobretudo em edifícios monumentais). Apenas nos anos 80, a análise da imagem cromática e as propostas de planos de cor passaram a estender-se a áreas históricas das cidades, sendo testemunho o Plano de Turim, como um dos primeiros exemplos contemporâneos de planos de cor. Terracina, Siena e Viena seguiram o exemplo e têm actualmente em vigor planos de cor baseados em pesquisas histórico-documentais, análises visuais e laboratoriais. Também em Espanha se têm vindo a desenvolver alguns estudos de cor, com destaque para o plano de cor para o centro histórico de Barcelona e o estudo de algumas áreas de Valência.

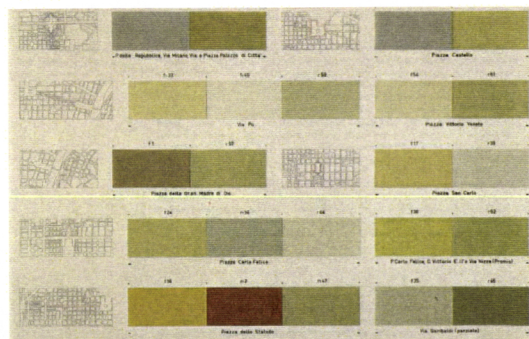


Fig. 5.5. Extracto do Plano de cor de Turim (A.A.V.V., *The colour of the city*, Ed. Taverne)



Fig. 5.6. Imagem "histórica" de edifício em Turim (A.A.V.V., *Colore e Ambiente Sikkens nel Restauro*, Azko, 1984)



Fig. 5.7. Edifício depois da intervenção (Idem)

Apesar de nos referidos estudos existirem alguns pontos de contacto, cada plano adoptou uma metodologia própria relacionada com uma abordagem específica a cada cidade e ao seu próprio contexto histórico-arquitectónico e cultural. Referimos, como exemplo, o plano de cor de Siena, por esta ser uma cidade com uma dimensão mais aproximada à de Évora, comparando com Turim ou Viena, e por estar mais disponível para consulta, nomeadamente pela Internet.<sup>2</sup>

Este Plano encontra-se dividido em duas partes, estabelecendo a primeira as iniciativas a desenvolver pela *Amministrazione Comunale* (equivalente à nossa Câmara Municipal) e os requisitos e elementos necessários para se intervir nas fachadas do centro histórico. Dessas iniciativas fazem parte: a) criação de arquivo com a catalogação de todos os elementos que compõem a fachada; b) incentivo para as fachadas de mérito; c) incentivo para a formação de mestres em restauro; d) acordo com as entidades responsáveis pelas infraestruturas para a sua ocultação; e) elaboração de normas transitórias; f) projecto para a reorganização da sinalética e sua afixação. A segunda parte define a normativa/regulamento para o tipo de intervenções a efectuar, especificando as diversas componentes a ter em conta numa intervenção: coberturas, superfícies da fachada, elementos de composição da fachada, infra-estruturas (electricidade, telefone, gás), objectivos relacionados com a função comercial e a sinalética e sua afixação. De salientar que as intervenções devem ser baseadas na análise e caracterização rigorosa da fachada, recorrendo a análises laboratoriais que permitam detectar a composição dos materiais originais.<sup>3</sup>

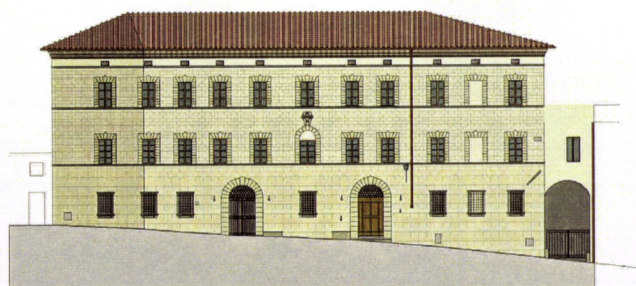


Fig. 5.8. Edifício em Siena, Via S. Bandini (Plano de cor de Siena, [www.comune.siena.it](http://www.comune.siena.it))

Fig. 5.9. Proposta para o mesmo edifício, no âmbito do Plano de cor (Plano de cor de Siena, [www.comune.siena.it](http://www.comune.siena.it))

<sup>2</sup> Cf. [www.comune.siena.it](http://www.comune.siena.it)

<sup>3</sup> Cf. *Idem*.

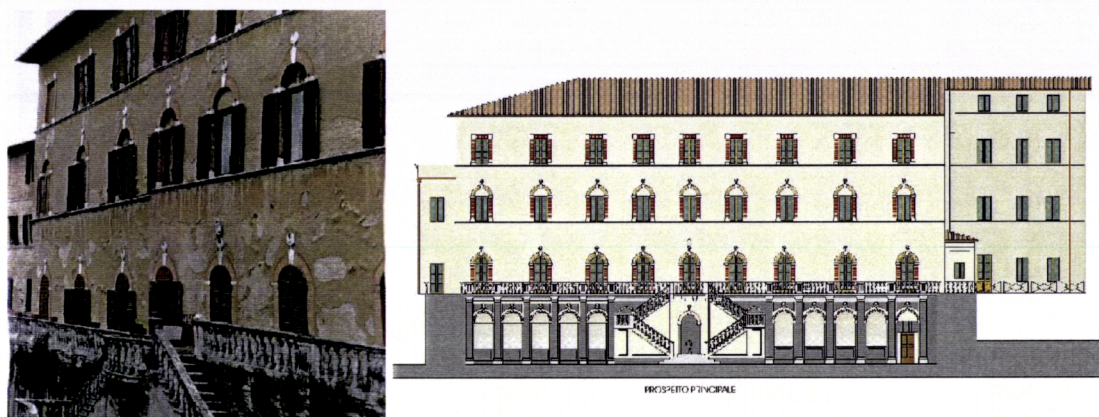


Fig. 5.10. Fachada principal do mesmo edifício (Plano de cor de Siena, [www.comune.siena.it](http://www.comune.siena.it))

Fig. 5.11. Proposta no âmbito do Plano de cor (Plano de cor de Siena, [www.comune.siena.it](http://www.comune.siena.it))

## 5. 2. Bases metodológicas para a elaboração de uma proposta

A metodologia seguida para uma proposta de intervenção tem como referência algumas das abordagens desenvolvidas nos planos de cor mencionados e a metodologia utilizada e recomendada pelo LNEC. Assim, em primeiro lugar, procurou estudar-se a evolução histórica da praça, como local *per si* e como parte integrante da cidade. As razões que presidiram à sua origem, bem como a evolução e transformação do espaço ao longo dos séculos, são elementos importantes na procura da recuperação da sua imagem urbana. Este aspecto, focado no 2º capítulo deste documento, relaciona-se com o capítulo seguinte, onde o estudo de documentação histórica procurou, em primeira instância, sistematizar a normativa para o local e, em segundo lugar, a existência de dados referentes às alterações que a imagem urbana da praça foi sofrendo, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. O terceiro ponto que serviu de suporte à proposta de intervenção, relaciona-se com a caracterização dos revestimentos existentes, com base na análise visual, na identificação cromática de alguns edifícios, na análise das amostras recolhidas, e a procura, quase inglória, de técnicas antigas que possam servir de base a futuras intervenções. Procurou-se assim sistematizar o conhecimento obtido, revertendo-o para algumas recomendações a seguir numa proposta de intervenção, com indicação do tipo de revestimentos, acabamentos e cores mais adequadas ao contexto individual e geral de cada edifício.

A selecção da cor pode partir de informação concreta encontrada nos documentos históricos (iconográficos e bibliográficos), da análise das cores da fachada ou por analogia com a época de

construção e análise filológica do edifício. É extremamente importante ter em conta que o “elemento” cor não deve ser analisado isoladamente, mas sim como parte integrante de um contexto arquitectónico e natural. A cor interage com tudo o que a rodeia, pelo que não nos devemos manter alheios aos condicionamentos da sua envolvente.

Assim, nas propostas de restituição cromática, as opções a tomar podem ir desde manter a cor existente, devolver a cor eventualmente original, referenciar à cor dominante da praça, restituir uma cor anterior, até à escolha de uma cor considerada como mais apropriada após a análise estética-histórica do edifício em causa, mesmo que essa cor nunca tenha sido utilizada. Estas diferentes opções inerentes à fase final do processo de decisão, são as mais complicadas de gerir, pois a escolha de uma solução, em detrimento de outra, pode não ser evidente.

Pode ainda dar-se o caso de, em determinado edifício, a informação ser inexistente ou escassa, dos documentos históricos serem pouco credíveis ou ainda da análise directa e de amostras da fachada apresentar grandes roturas cromáticas, criando uma enorme dificuldade na selecção da cor.

De qualquer modo, defende-se que não se deve pretender criar uma imagem única ou unitária de um espaço histórico, nem tratar cada edifício individualmente, de forma alienada e autónoma, mas sim conseguir soluções mais consensuais integrando os valores do contexto morfo-tipológico, da sua linguagem e do seu contributo enquanto inserido num conjunto.

Também não se pretende esgotar este tema, já que, conforme anteriormente referido, questões como a moda, a cultura e a política, entre outras, irão inevitavelmente estar associadas à continuidade da imagem urbana da cidade e consequentemente à cor que esta assume no tempo, não se pretendendo, com uma proposta de intervenção ou um plano de cor, criar um instrumento estático e imutável.

Recorrendo à classificação de Claudia Raimondo<sup>4</sup>, citada por José Aguiar, existem fundamentalmente dois tipos de planos: os planos de cor impostos e os planos de cor propostos. «*Nos planos de cor impostos, a administração determina os atlas de cores, as suas modalidades*

*e combinatórias de aplicação à escala urbana (projecto urbano) e arquitectónica (projecto de fachada), nos modos construtivos e no detalhe (método de aplicação e materiais da cor); nos planos de cor propostos estabelece-se um dicionário de cores-base e regras gerais sobre a combinatória à escala urbana e arquitectónica, fornecem-se informações e conhecimentos sobre a história da cor e das práticas tradicionais, organizando o plano como um sistema de variáveis controladas que podem orientar, guiar e coordenar escolhas individuais.»<sup>5</sup>*

No presente estudo evoluiu-se sobretudo para uma metodologia mais próxima de um plano proposto, procurando fornecer alguma informação que possa servir de base à futura escolha de soluções cromáticas e que, tal como referido, possa integrar-se num processo dinâmico em constante evolução.

### 5.3. Uma proposta de intervenção cromática para a Praça do Giraldo

Pensamos que será importante reforçar que a presente proposta resulta de uma visão individual e, como tal, comporta todos os vícios que uma visão interdisciplinar poderia evitar.



Fig. 5.12. Vista aérea Nascente da Praça do Giraldo  
Fig. 5.13. Vista aérea Poente da Praça do Giraldo

Importa salientar que o conjunto urbano da praça, com o lugar de destaque que ocupa na cidade, não poderá ser dissociado do que irá acontecer ao tecido urbano da restante urbe. No entanto, a Praça do Giraldo pode constituir um ponto de partida para um novo tipo de abordagem ao problema da conservação da imagem urbana do centro histórico de Évora.

---

<sup>4</sup> Claudia Raimondo, *I piani del colore, Manuale per la regolamentazione cromatica ambientale*, Rimini, Maggiolo Editore, 1987, p. 35-37.

Sob o ponto de vista conceptual, há que integrar os princípios estabelecidos na *Carta de Veneza* de 1967, na *Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas* de 1987 (Carta de Toledo) e no *Documento de Nara sobre a Autenticidade* de 1994.<sup>5</sup> Estes princípios traduzem-se, designadamente, no respeito pela autenticidade das intervenções, o que pressupõe um conhecimento profundo do local e das suas especificidades físicas e culturais, no princípio da intervenção mínima, mantendo tanto quanto possível os materiais originais, nos princípios da reversibilidade, da compatibilidade e da retratibilidade/repetibilidade, na garantia da contínua manutenção e no registo e documentação de todos os passos efectuados.

1.

### 5.3.1. Princípios gerais

Relembrando, mais uma vez, que o estudo da imagem urbana não se restringe exclusivamente às fachadas, registamos alguns aspectos que, em nosso entender, deverão ser considerados no âmbito de uma futura intervenção:

- Deslocalização do ponto de paragem de transportes públicos, evitando a circulação destes veículos na Praça do Giraldo<sup>7</sup>; na maioria das praças europeias, com características semelhantes, tem-se procurado evitar a circulação de veículos que, com a emissão de gases (ambientes ácidos) e poeiras (depósitos negros), contribuem para a degradação das edificações;
- Elaboração de cuidadoso estudo de iluminação, nomeadamente prevendo novos locais para colocação de pontos de luz ou realocização dos mesmos, bem como o tipo, intensidade e temperatura da luz (para obter cores) adequadas, com base em novos pontos de iluminação;
- Estudo de elementos de mobiliário urbano, eliminando os elementos existentes dissonantes, como alguns painéis informativos, e prevendo novos elementos para afixação de informação e publicidade, revendo e uniformizando os espaços de esplanadas (mesas, cadeiras e sombrinhas), etc;
- Ocultação das infraestruturas existentes, sobretudo eléctricas e de televisão.

---

<sup>5</sup> José Aguiar, *Estudos cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos*, (dissertação de doutoramento), Évora, Universidade de Évora, 1999, p. 549.

<sup>6</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>7</sup> Esta função pode ser assumida pela Praça 1<sup>ª</sup> de Maio que se encontra bastante próxima.



### 5.3.2. Princípios a observar em intervenções nas superfícies arquitectónicas

Alguns aspectos gerais a considerar, antes da intervenção concreta nos revestimentos e acabamentos dos edifícios, sobretudo quando se vai trabalhar com cal aérea, são a garantia adequadas condições climatéricas, sendo prejudicial um clima muito húmido ou excessivamente seco, pelo que, em Évora, a Primavera e o Outono são as alturas mais adequadas para planear o desenvolvimento destas operações.

A existência de patologias, bem como as suas causas, deverão ser rigorosamente identificadas para posterior eliminação das mesmas. No caso das patologias mais frequentes encontradas na praça, deverão ser verificadas as coberturas e outros locais passíveis de induzir infiltrações nos revestimentos, para eliminar alguns dos principais problemas relacionados com a humidade. Outro aspecto importante é o controlo do acesso de aves, como os pombos, às superfícies dos edifícios.

Após serem eliminadas as possíveis causas exteriores de deterioração das superfícies, deverá definir-se o grau da intervenção a efectuar, que pode passar pela conservação, restauro ou renovação dos revestimentos e/ou acabamentos, opções que devem estabelecer-se como base no efectivo estado de conservação das superfícies dos edifícios e não através da voluntariedade e capacidade económica do promotor:

- No caso de edifícios que se encontrem com os revestimentos e as camadas de acabamento em bom estado, sem problemas de coesão e aderência ao suporte, deverá apenas ser efectuada uma limpeza das superfícies, caso se justifique, nomeadamente das eflorescências provocadas pela humidade e pelos nitratos dos pombos, através de remoção ou lavagem com materiais adequados. Este processo deve ser executado com muito cuidado, quer porque as eflorescências costumam ser de difícil remoção, quer porque certo tipo de processos de limpeza são demasiado agressivos e acabam por retirar a pátina do tempo ou até camadas de acabamento das superfícies.
- Em edifícios que se verifiquem alguns problemas de coesão entre as diversas camadas de pintura e de adesão ao suporte, deverá proceder-se, caso seja possível, ao restauro das mesmas. O mesmo se passa em relação aos rebocos de revestimento em que, no seu processo de consolidação ou restauro, deve ainda ser considerada a reintegração de

lacunas com materiais compatíveis, ou seja física, química e esteticamente similares aos existentes.<sup>8</sup>

- No que se refere ao processo de renovação, e de acordo com os edifícios analisados, uma renovação só poderá justificar-se em acabamentos, já que os rebocos de revestimentos observados parecem manter as soluções originais, sendo que nos casos justificáveis poderão ser utilizadas soluções pontuais de colmatação de lacunas.

Tendo em conta a estrutura da composição cromática nos edifícios em que foi efectuada a identificação do tipo de revestimentos, acabamentos e cores, a presente proposta passa pela repintura dos panos de fundo dos edifícios com leite de cal sem qualquer pigmento. Nos elementos de composição da fachada, nomeadamente molduras dos vãos, pilastras, cunhais, cornijas e estuques com composições a simular elementos pétreos, poderia ser estudada a viabilidade de remoção das actuais camadas de pintura, já que, em quase todos os casos observados, se encontram anteriores guarnecimentos de cal e inertes a simular cantaria, em estado de conservação que permitiria ainda o seu restauro, com preenchimento de lacunas de integração cromática.

No entanto, este processo implica “retirar” algumas décadas de história aos edifícios, já que houve locais em que foram encontradas catorze camadas de cor, o que pode significar cerca de cem anos de testemunho de pinturas. Por uma questão de coerência, e no caso de edifícios onde persistam estas camadas, poderá proceder-se à restituição da sua adesão, simulando o claro escuro dos originais guarnecimentos, através de novos guarnecimentos ou pinturas com a introdução de pigmentos adequados (novas camadas sacrificiais e de regularização estética).

Nos casos em que se tenha que intervir nas argamassas de revestimento, estas deverão ser de cal e areia, com posterior aplicação de um guarnecimento, também de cal e areia, neste caso de granulometria muito fina e com uma cor próxima da cor final pretendida. Recorrendo aos testemunhos locais, os guarnecimentos devem ser efectuados em duas camadas, sendo a primeira com areia de granulometria mais grosseira e heterogénea e a última camada constituída por inertes muito finos (areia de estucador) ou mesmo pó de pedra.

---

<sup>8</sup> De acordo com o levantamento efectuado, os edifícios que apresentavam maiores problemas ao nível dos revestimentos (e também de estrutura) encontram-se actualmente em processo de renovação acrílica.

As cores dos guarnecimentos encontrados situam-se entre o creme (granito amarelo) e o cinza (granito cinza), o que é perfeitamente justificável tendo em conta a coerência com os tipos de rocha utilizada na construção, o que ainda hoje se pode observar em alguns cunhais, pilastras e arcos e nos elementos de simulação de pedra que persistem.

Parece poder afirmar-se que os conceitos cromáticos que presidiram à definição da apresentação estética da Praça do Giraldo, correspondem a um conceito de simulação de materiais nobres, recorrendo a técnicas economicamente mais viáveis (massa ou pintura) nas superfícies de uma arquitectura aparentemente pobre e mais simples. Assim, defende-se que só uma solução desse tipo, introduzindo as cores da pedra nos elementos que a simulavam, permite restituir a leitura arquitectónica mais adequada à interpretação do significado estético e histórico dos seus edifícios, devolvendo uma imagem urbana cultural e construtivamente mais adequada à conservação do local.

Propõe-se ainda a recuperação da técnica do esgrafito nos frisos em que se verifique a sua existência anterior, executado de acordo com processos mais correctos do que os que têm sido utilizados (pintura do fundo a amarelo e de branco à face), nomeadamente sobrepondo uma camada de pasta de cal (por vezes com pó de pedra) e, posteriormente, antes desta secar, retirando as áreas em sintonia com o desenho pretendido através de um molde e deixando o fundo à cor natural ou incorporado um pigmento inorgânico à cor pretendida. Não tendo sido possível verificar a ocorrência de esgrafitos nas fachadas, defende-se que se poderá recorrer aos testemunhos de Flórido de Vasconcelos que, em artigo de 1966<sup>9</sup>, referia o uso das cores azul e amarelo e de Vergílio Correia que afirmava que no Alentejo eram utilizadas nas fachadas as cores negro, azul e vermelho nos esgrafitos.<sup>10</sup> Se a origem dos esgrafitos em Évora remontar realmente ao século XVII, como defendia João Barreira<sup>11</sup>, é provável que as cores utilizadas fossem provenientes da cor natural dos agregados e de terras corantes e portanto dentro dos tons avermelhados e das cores de pedra entre o creme e o cinza.

---

<sup>9</sup> Flórido de Vasconcelos, Considerações sobre o estuque decorativo em *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, 1966, P.41.

<sup>10</sup> Cf Vergílio Correia, *Etnografia Artística*, Edição da Renascença Portuguesa, Coimbra, 1912, p. 26.

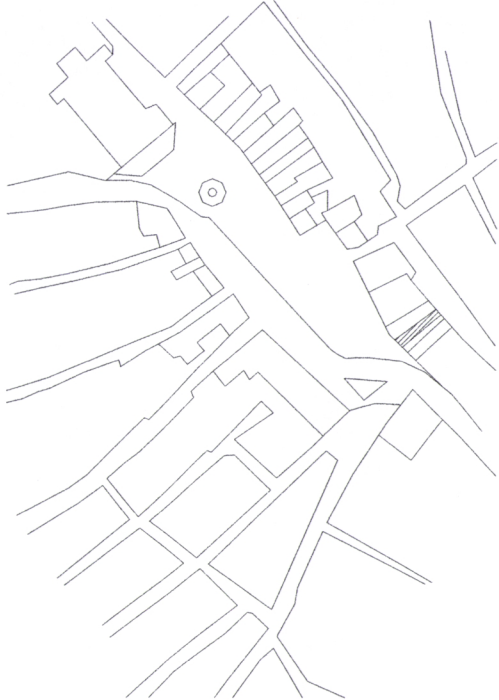
<sup>11</sup> Citado por José Aguiar, *Ob cit*, p. 348.



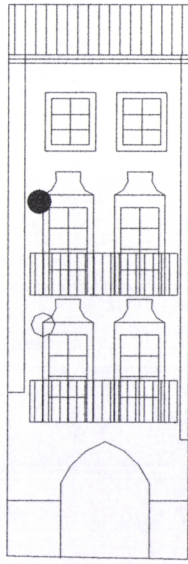
EXEMPLO DE PROPOSTA DE INTERVENÇÃO<sup>12</sup>  
PRAÇA DO GIRALDO, Nºs 54 E 56



<sup>12</sup> A presente proposta decorre da análise individual dos respectivos edifícios (fichas em anexo) em articulação com o contexto arquitectónico da praça e com os edifícios onde foi efectuada a identificação cromática. As cores encontram-se o mais próximo possível das cores referenciadas com base no catálogo NCS.

**PRAÇA DO GIRALDO**  
**1. FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO**

<b>Localização</b> – Praça do Giraldo, 56	
<b>Classificação</b> – Edifício com fachada com interesse; 1º piso - edifício com alguns elementos na fachada com interesse (PU)	
<b>Época de construção</b> – Séc. XIV/XV (com alterações posteriores)	
<b>Uso actual</b> – Sem uso	
<b>Cor actual</b> – Branco (paramentos); cinza claro (elementos decorativos e remates)	
<b>Alterações</b> – Obras de alteração/adaptação e conservação	
<b>Observações</b> – O presente edifício encontra-se em fase de conclusão de obras de alteração para instalação de Instituição Bancária (Fevereiro de 2000)	

 <p data-bbox="370 1931 424 1959">1998</p>	 <p data-bbox="757 1915 812 1944">2000</p>	<p data-bbox="1091 1229 1255 1258">Alçado principal</p>  <p data-bbox="1055 1942 1287 2004">         ● - identificação de cores          ○ - remoção de amostra     </p>
---	---	---